

À margem das margens: Relato de uma estudante com deficiência sobre Educação Física Escolar na Ilha do Combu-PA

On the margins of the margins: Report of a student with a disability about Physical Education at Combu-PA Island

Al margen de los márgenes: Informe de un alumno con discapacidad sobre Educación Física en la Escuela de Ilha do Combu-PA

Recebido: 10/11/2021 | Revisado: 20/11/2021 | Aceito: 25/11/2021 | Publicado: 06/12/2021

Eldimberg Souza da Cunha Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3232-2947>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: bergjuniordef@gmail.com

Wagner César Pinheiro Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1300-1259>

Secretaria Estadual de Educação do Pará, Brasil

Secretaria Municipal de Educação de Vigia de Nazaré, Brasil

E-mail: wagnercesaref@gmail.com

Resumo

Levando em consideração a importância da inclusão de alunos/as com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar, o estudo objetivou investigar o processo de inclusão nas aulas desse Componente Curricular em uma escola ribeirinha localizada na Ilha do Combu, em Belém do Pará. Para tanto, realizou-se uma pesquisa baseada na abordagem qualitativa. A coleta de dados foi empregada através de uma entrevista semiestruturada com uma estudante com deficiência. Para interpretação dos dados foi realizada a análise de conteúdo. Os resultados apontaram falta de acessibilidade para o embarque e desembarque dos alunos com deficiência. A infraestrutura inadequada da escola e nos espaços utilizados nas aulas de Educação Física. A necessidade de formação específica ou continuada para os professores. Concluiu-se a necessidade de implementação de políticas públicas efetivas que atendam a educação ribeirinha que possibilitem de fato inclusão de alunos/as com deficiência, especialmente nas aulas de Educação Física. Assim sendo, este estudo pode impulsionar mais pesquisas neste universo, contribuindo para o fortalecimento da práxis relativa à inclusão de alunos/as marginalizados em razão das deficiências.

Palavras-chave: Inclusão; Justiça social; Belém.

Abstract

Taking into account the importance of including students with disabilities in Physical Education classes, the study aimed to investigate the process of inclusion in classes of this Curriculum Component in a riverside school located on Ilha do Combu, in Belém do Pará. , a survey was carried out based on the qualitative approach. Data collection was used through a semi-structured interview with a student with a disability. For data interpretation, content analysis was performed. The results showed a lack of accessibility for boarding and disembarking students with disabilities. The inadequate infrastructure of the school and spaces used in Physical Education classes. The need for specific or continued training for teachers. It was concluded that there is a need to implement effective public policies that address riverside education that actually enable the inclusion of students with disabilities, especially in Physical Education classes. Therefore, this study can encourage more research in this universe, contributing to the strengthening of the praxis related to the inclusion of students who are marginalized due to disabilities.

Keywords: Inclusion; Social justice; Belém.

Resumen

Teniendo en cuenta la importancia de incluir a los estudiantes con discapacidad en las clases de Educación Física, el estudio tuvo como objetivo investigar el proceso de inclusión en las clases de este Componente Curricular en una escuela ribereña ubicada en Ilha do Combu, en Belém do Pará. Se realizó una encuesta. basado en el enfoque cualitativo. La recolección de datos se utilizó a través de una entrevista semiestruturada con un estudiante con discapacidad. Para la interpretación de los datos se realizó un análisis de contenido. Los resultados mostraron una falta de accesibilidad para el embarque y desembarque de estudiantes con discapacidad. La inadecuada infraestructura de la escuela y los espacios utilizados en las clases de Educación Física. La necesidad de formación específica o continuada del profesorado. Se concluyó que existe la necesidad de implementar políticas públicas efectivas que aborden la educación de ribera y que

efectivamente permitan la inclusión de estudiantes con discapacidad, especialmente en las clases de Educación Física. Por tanto, este estudio puede incentivar más investigaciones en este universo, contribuyendo al fortalecimiento de la praxis relacionada con la inclusión de estudiantes marginados por discapacidad.

Palabras clave: Inclusión; Justicia social; Belém.

1. Introdução

De acordo com o Art. 2º da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, a Lei brasileira de inclusão, “Considera-se a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Conforme o Censo Demográfico de 2010, o mais recente realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vivem no Brasil aproximadamente 45 milhões de indivíduos com alguma deficiência. Estas pessoas apresentam alguma dificuldade para caminhar, para ouvir, alguma dificuldade na visão ou deficiência mental/intelectual, sendo destas mais de 38 milhões residentes em área urbana e mais de 17 milhões de brasileiros deficientes que vivem em área rural.

Esta mesma pesquisa desenvolvida pelo IBGE informa que, do total deste contingente, são aproximadamente 4 milhões de crianças deficientes, de 0 a 14 anos, sendo um pouco mais de 3 milhões com deficiência não severa e um pouco mais de 1 milhão com deficiência severa, seja esta motora, cognitiva, auditiva ou visual.

Nesse contexto, a Ilha do Combu (PA), situada a 1,5 km da zona urbana da capital paraense, com aproximadamente 15 km² de área e 7.8 km de perímetro, situando-se às margens do Rio Guamá¹, considerada área ribeirinha e rural, de comunidade tradicional, foi o local escolhido para a pesquisa em questão.

Abreu, Oliveira e Silva (2013, p.10), descrevem a população ribeirinha como:

As populações ribeirinhas, em meio às demais populações da região, se destacam por apresentarem em suas práticas, traços culturais que vêm dos diferentes povos indígenas, dos imigrantes portugueses, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas, desenvolveram todo um saber na convivência com os rios e com a floresta, em que a pesca, o extrativismo e a agricultura são atividades marcantes de seu complexo cultural, no qual solo, floresta e rio se apresentam como interdependentes, dos quais todo um modo de vida e de produção foi sendo tecido, em interação com esses diferentes ecossistemas.

Insta pensarmos sobre o lugar da educação escolar para essa população e, de acordo com Ferreira e Carneiro (2020), nas últimas décadas, a Educação Ribeirinha é tema de relevante importância no que tange a uma forma de garantir o direito à educação dessa população e esta conquista advém dos movimentos sociais de homens e mulheres que ponderam sua realidade social, econômica e política. Considerando esse cenário, as particularidades do local, as pessoas que vivem na ilha representam a população tradicional, rural, ribeirinha, historicamente sem representatividade e excluídas das políticas públicas.

Ainda que próxima do centro urbano da capital paraense, o cenário escolar, o social e de lazer existente entre a ilha e a capital (Belém) são bem diferentes e antagônicos, por isso se faz necessário investigar, analisar e obter relatos sobre o processo de inclusão, nas aulas de Educação Física, de estudantes com deficiência moradores da Ilha do Combu. Assim sendo, pode ser possível fazer uma reflexão acerca do processo de inclusão/exclusão vivenciado por aqueles menos favorecidos dentro do âmbito da educação física escolar, vislumbrando dessa forma, contribuir para uma educação cada vez mais inclusiva, voltada para a garantia dos direitos à educação desses estudantes.

Para Ferreira e Sangalli (2020), a educação especial vem tendo certa visibilidade e sendo percebida nas últimas décadas através da oferta da mesma no ensino educacional no país. Porém, segundo os autores, ainda que políticas educacionais atuais

¹ Prefeitura de Belém (2020).

advogarem a favor da inclusão escolar dos alunos que apresentam deficiência, a maneira como ela está sendo organizada tem enfrentado muitas dificuldades no âmbito urbano que teoricamente possuem instrumentos e equipamentos imprescindíveis para sua implementação em relação ao âmbito rural, do campo e ribeirinha.

Dessa forma, pode-se compreender o quanto essas dificuldades são acentuadas nesses espaços, pois neles existem questões próprias a sua realidade, o que faz com que docentes que encaram essas dificuldades não se sintam preparados ou com formação apropriada para lidar com o diferente. Sob a luz do exposto, percebe-se o enorme desafio que muitos estudantes podem estar enfrentando diante de um processo educacional historicamente excludente em relação a populações como as ribeirinhas (Santos, 2014), quilombolas (Santos, 2020), indígenas (dos Santos Luciano, 2013) e imersos nesse contexto os estudantes com deficiência.

Segundo Alonso *et al.* (2020), muitos entraves se mostram presentes nas aulas de Educação Física Escolar, em que se verifica a falta de acessibilidade em todo o espaço físico dentro e ao redor da escola, insuficiência de materiais, precária formação inicial do professor, além de ausência de uma formação continuada qualificada para uma atuação alinhada aos princípios da inclusão.

Nesse viés, as aulas de Educação Física em relação ao atendimento de estudantes com deficiência podem estar sendo excludentes, podendo evidenciar assim, as mazelas entranhadas no sistema educacional brasileiro.

Para Alves e Munster (2019), a educação inclusiva se encontra num processo de reorganização do sistema educacional e nos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para um trabalho colaborativo dentro da comunidade escolar, objetivando a equiparação de oportunidades educacionais guiadas pelos princípios de respeito à diversidade, aceitação e reconhecimento político das diferenças.

Ainda segundo as autoras, a Educação Física enquanto componente curricular não pode permanecer indiferente a esse processo. Assim sendo, compreende-se que os desafios são grandes para a efetivação da inclusão de alunos com deficiência, pois nem todas as unidades escolares estão preparadas para receber um aluno ou aluna com deficiência.

Os desafios para se garantir uma Educação Física inclusiva perpassam por várias e complexas nuances como interesses ou desinteresse político, falta de apoio da iniciativa privada, problemas estruturais do currículo de formação inicial e continuada e questões de âmbito conceitual que acabam por desviar ou velar o que realmente seriam de fato ações e práticas inclusivas.

Mantoan (2003), numa perspectiva conceitual, cita que apenas integrar (matricular) uma pessoa com deficiência a um local, como uma escola regular, por exemplo, não significa incluir. Inclusão para a autora tem relação com muito além do que estar presente em um espaço, inclusão significa construir o ambiente, fazer parte dos processos, das práticas, em suma, ter participação direta e efetiva nas aulas. O que nos remete a uma indagação sobre as atuais práticas na Educação Física Escolar para as pessoas com deficiência: É esta uma Educação Física adaptada ou inclusiva?

Segundo Greguol, Malagodi e Carraro (2018), a inclusão ainda gera anseios e dúvidas na comunidade escolar e na Educação Física Escolar, isso não é diferente, pois se observa que muitos professores ainda têm questionamentos diante do desafio de planejar atividades e saberes que possam contemplar estudantes com diferentes possibilidades e condições específicas. Dentro desse contexto, pode-se dizer que há duas linhas dentro da Educação Física quando se trabalha com pessoas com deficiência.

A primeira é a chamada Educação Física Adaptada, na qual os alunos e alunas com deficiência praticam atividades físicas separados de outros estudantes e a segunda é a Educação Física Inclusiva, na qual todos e todas participam das mesmas atividades propostas pelos professores.

...percebe-se que ainda existem diversos pontos que poderão surgir como fatores que potencializam ou dificultam o processo de inclusão nas aulas de Educação Física. Entende-se que o conhecimento prévio destes fatores poderá auxiliar os professores a romperem com barreiras existentes... (Dos Santos; Dos Santos; De Souza Matos, 2020, p.02).

De acordo com Leopoldino (2018), a educação física adaptada se difere da educação física inclusiva por propor atividades que são desenvolvidas exclusivamente por pessoas com deficiência. Desse modo, apesar de oportunizar aprendizagem para as pessoas com deficiência, não se configura como educação física inclusiva, tendo em vista que:

De acordo com o princípio da Inclusão, a Educação Física escolar deve ter como eixo fundamental o aluno e deve se voltar para o desenvolvimento das competências de todos os alunos e proporcionar condições de acesso aos conteúdos a partir de estratégias adequadas (Ferreira & Daolio, 2014, p. 63).

Assim sendo, ao compreender que a educação é um direito de todos e que a escola como um ambiente multidisciplinar e de grande diversidade onde todos os sujeitos podem e devem interagir, destacamos a importância do componente curricular Educação Física na formação para o pleno desenvolvimento do educando. De acordo com Costa e Conceição (2021, p.04), "...fica evidente que os objetivos da Educação Física na escola não se limitam à prática esportiva, mas como parte integrante da mesma que tem sua colaboração na construção do ser humano".

Segundo Santa Brígida e Ramos (2020), a necessidade de haver um currículo ribeirinho é de suma e extrema importância e de caráter emergencial, pois as práticas pedagógicas que se sobrepõem a uma realidade urbana, muitas das vezes não são adequadas à realidade ribeirinha, pois o currículo urbano não é capaz de atender às necessidades de estudantes/moradores que vivem em uma comunidade rodeada por rios, ou seja são realidades opostas.

De maneira geral, dado o atual cenário da educação brasileira, de cortes orçamentários, de ações políticas que culminam com a precariedade do sistema educacional e por consequência o aumento da evasão escolar e da exclusão, é importante investigar a situação dos estudantes com deficiência, principalmente de regiões ribeirinhas, em relação ao processo de inclusão dos mesmos nas aulas de Educação Física, partindo do pressuposto de que todos os direitos desses sujeitos redigidos na Lei de Inclusão e na Constituição Federal estão sendo garantidos.

Nesse viés, nos debruçamos sobre investigar o processo de inclusão nas aulas de Educação Física na escola ribeirinha, que denominaremos de E1, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), através do relato de uma aluna com deficiência que por questões éticas a denominaremos com o nome fictício de Gaia, que tem 16 anos de idade, possui leve deficiência intelectual e necessita de cadeira de rodas para sua locomoção, pois possui deficiência motora causada por microcefalia.

A microcefalia é uma doença que pode surgir de defeitos no desenvolvimento do cérebro ou de eventos degenerativos após o desenvolvimento normal do cérebro. Microcefalia e microencefalia (cérebro pequeno) são frequentemente usados como sinônimos. A microcefalia é caracterizada por uma cabeça extremamente pequena e associada à deficiência intelectual. Indivíduos microcefálicos tipicamente exibem circunferências cefálicas que são mais do que dois desvios-padrão abaixo da média dos controles pareados por idade, com reduções dramáticas no tamanho do córtex cerebral. (Merfeld, E. *et al.* 2017, p. 1).

Como adendo, faz-se necessário destacar que Gaia possui uma irmã mais nova (11 anos de idade) que também é deficiente (deficiência motora e intelectual severa) ocasionada também pela microcefalia, o que nos instiga a uma futura pesquisa sobre fatores ambientais, genéticos e epidemiológicos que podem ter contribuído para esta cena no contexto ribeirinho da Ilha do Combu. Conforme Merfeld, E. *et al.* (2017) fatores ambientais, a transmissão de vírus da mãe para o filho ou filha, além de Herpes Simplex (HSV), rubéola e a infecção pré-natal pelo Zika vírus podem contribuir para a microcefalia.

Também é importante colocar que a irmã de Gaia estudava no 3º ano do ensino fundamental na mesma unidade escolar, mas por falta de atendimento educacional especializado acabou abandonando a escola.

Segundo a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994, p.03):

As escolas deveriam acomodar todas as crianças que independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Elas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e outras crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados.

Em síntese, a partir desta pesquisa, objetiva-se investigar o processo da inclusão nas aulas de Educação Física na Ilha do Combu, buscando compreender a realidade de alunos com deficiência, entendendo suas particularidades e necessidades, além disso, subsidiar outras pesquisas relacionadas ao tema e possíveis ações/intervenções públicas e/ou privadas para esse público.

2. Metodologia

Inicialmente a pesquisa seria realizada em uma escola pertencente à rede municipal de Belém, no estado do Pará, que atende estudantes do Ensino Fundamental I moradores da Ilha do Combu. Assim sendo, foi feita uma visita *in loco* na escola, mas devido ao período de pandemia, a mesma encontrava-se fechada, porém realizou-se uma investigação questionando moradores nativos próximos à escola sobre o conhecimento deles acerca da presença de alunos/as com deficiência física na unidade escolar local. Através dessa investigação descobriu-se que havia duas alunas com deficiência possivelmente matriculadas e que a residência delas era distante aproximadamente 5 km da escola, a qual o acesso só é possível por meio de barco.

Neste sentido, a pesquisa se expressa em caráter qualitativo, por se mostrar mais adequada a este tipo de investigação, pois para Silva (2004), é o tipo de pesquisa adequada para se buscar o entendimento de fenômenos complexos específicos e em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, pois segundo Minayo (2010), nesse tipo de entrevista o entrevistado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada. As indagações norteadoras foram as seguintes “Você participa das aulas de Educação Física junto ou separado dos seus colegas de turma? Geralmente em que horário acontecem as aulas? Qual o local onde acontecem as aulas de Educação Física? Como é o acesso a esse local? Você consegue fazer todas as atividades propostas pelo professor? Caso não, quais as dificuldades? O que geralmente fazem de atividade nas aulas de educação física? Você mudaria algo na sua aula de educação física?”.

Após esse momento, foi realizada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que se refere a um grupo de técnicas de análise das falas ou expressões fazendo uso de procedimentos ou fases sistemáticas para auxiliar a descrição dos conteúdos das mensagens. Nesse sentido, organizamos nosso relato em tópicos que emergiram após as narrativas da entrevistada, procuramos transcrever fielmente as falas para assim destacar o caráter fidedigno das mesmas. As reflexões passam por 3 temas, são eles: participação nas aulas de educação física, acessibilidade ao local e materiais utilizados pelo professor ou professora. A pesquisa de campo desenvolveu-se no período de setembro a outubro do corrente ano. O estudo teve cuidados éticos como a apresentação de um documento explicativo do projeto a responsável pela aluna a fim de informar sobre os objetivos, a relevância e os procedimentos metodológicos do estudo. A responsável assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ficou ciente de que a qualquer momento poderia, sem constrangimento, deixar de participar da pesquisa. Foi tomada toda a precaução no intuito de preservar a privacidade das voluntárias.

3. Resultados e Discussão

Os achados apresentados a seguir foram estruturados a partir das informações obtidas junto a entrevistada Gaia. Primeiramente, vivenciamos de imediato a dificuldade de chegar a residência da aluna por causa da rampa de acesso estreitíssima que permitia um passo de cada vez. (um pedaço de madeira ou “perna manca”). Por se tratar de uma casa às margens do rio, a partir do desembarque do barco, para o que a entrevistada chamou de “terreiro”, o único caminho até a casa era essa espécie de rampa, uma ponte improvisada e estreita que cabia um pé de cada vez por mais ou menos 2 metros e meio.

Na residência moravam duas estudantes da escola E1, ambas com deficiência que, segundo a mãe, fora ocasionada pela microcefalia, a mais nova (11 anos) não fala e nem se locomove e, como já citado anteriormente, já havia abandonado a escola pela falta do AEE² (Atendimento Educacional Especializado). Gaia (16 anos) é cadeirante, mesmo com suas limitações físicas e intelectuais (menos severas), conversou bastante e relatou seu dia a dia na escola e em especial nas aulas de Educação Física.

Logo no início da entrevista, Gaia relatou que para ir para a escola, ela tinha que “pegar a barca”, ela era carregada pelo “barqueiro” para entrar na lancha e ao chegar às escadas que dão acesso a ponte que vai até a escola, o barqueiro a carregava novamente e a entregava até algum funcionário da escola e este a carregava também até a sala de aula. Gaia informou também que nessa ponte não havia proteção lateral e ela chegou a cair uma vez.

A acessibilidade física é um elemento essencial para a legitimação da inclusão educacional, uma vez que sua natureza é garantir o acesso de todos os alunos, nos mais diversos espaços, com facilidade, autonomia e segurança, sendo um facilitador para a participação de todos nas atividades escolares. (Lopes & Capellini, 2015, p. 93).

Dentro dessa perspectiva, percebe-se a enorme barreira enfrentada para o acesso a unidade escolar no que diz respeito ao embarque e desembarque de alunos com deficiência pertencentes a essa comunidade ribeirinha.

Participação nas aulas de Educação Física

Quanto à participação nas aulas de Educação Física, Gaia relatou que sua cadeira de rodas quebrou e que na maioria das atividades era preciso que o professor a carregasse, mas segundo ela o professor possuía “problema na coluna” e ele pedia para outras pessoas ajudarem a carregá-la. A aluna ainda relatou que: “... nas atividades de jogar bola e correr, eu ficava na sala de aula com a professora, eu ficava desenhando, às vezes ficava parada, quando tinha a cadeira de rodas eu ia pra cozinha beber água e ficava lá até eles terminarem”.

Para Costa e Bittar (2002), para haver inclusão, é necessário desenvolver metodologias que possam ser aplicadas a todos os alunos, no entanto devem ser consideradas as limitações físicas, motoras e sensoriais dos alunos especiais e, especialmente, as suas potencialidades. Lopes e Capellini (2015) afirmam que mesmo que no planejamento da equipe escolar em relação às aulas, o mesmo presente dificuldade para a adaptação dos espaços, é possível estrategicamente adequar à utilização dos mesmos. Porém, para que esse processo seja efetivado é necessário que os profissionais da educação tenham conhecimento sobre essa área do conhecimento e suas respectivas implicações.

Nesse sentido, percebe-se que a falta de adequações e estratégias impossibilitam a participação efetiva de Gaia em relação às aulas de Educação Física o que por muitas vezes provoca a não inclusão da aluna dentro do processo educacional.

² Cabe lembrar que o AEE é um serviço da Educação especial voltado para identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem impedimentos a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele se articula com a proposta da escolar regular, mas suas atividades se diferenciam das realizadas em sala de aula comum. (Neves, 2015, p.49).

Um relato interessante é que, segundo a estudante, os colegas sempre procuravam ajuda-la nas aulas de Educação Física. Gaia relatou: “... às vezes eu não queria participar das aulas e os moleques ficavam me chamando, algumas vezes vinham... é... é... uns três pra me carregar pro campo”.

A vivência do esporte para pessoas com deficiência no âmbito escolar, além de incluir os alunos com necessidades específicas na aula de Educação Física, traz aos seus pares que não possuem deficiência a percepção das diferenças auditivas, visuais, locomotoras e outras possíveis, bem como, a compreenderem as dificuldades enfrentadas no cotidiano de uma pessoa com necessidade específica. Com isso, educa-se para que estes alunos passem a respeitar as pessoas ao seu redor e compreendam que cada um tem uma forma de perceber e viver o mundo (Salerno & Araújo, 2008).

Nesse sentido, perceberam-se o respeito e a empatia dos alunos e alunas, colegas de classe de Gaia, a partir do momento em que tomam a iniciativa de chamá-la e ajudá-la a fim de que a mesma pudesse participar da atividade proposta pelo professor nas aulas de Educação Física. Apesar de ser um ponto positivo, ainda assim, o processo de inclusão desta nas aulas de Educação Física é prejudicado pela aparente ausência de alternativas metodológicas que possibilitassem a participação da mesma nas aulas.

Por sequência, ainda expressou que gostava muito do professor de Educação Física, ela relatou que: “o (suprimimos o nome do professor por questões éticas) era muito engraçado e legal... é... ele é...contava muitas piadas (risos)”, “ele me chamava pra participar, dizia que ia me carregar, mas... é... eu tinha vergonha e muita... muita dificuldade pra chegar até o campo sem a cadeira de rodas, aí eu ficava olhando de longe mesmo.”

Como agravante dessa não inclusão, as aulas, tanto na rede estadual de ensino como na rede municipal, foram suspensas, desde o início do momento pandêmico e até o período da realização da pesquisa não haviam retornado, não havendo nem mesmo as aulas por Ensino Remoto, o que hoje se denomina de Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Quanto ao ERE, o mesmo foi aprovado por meio da medida provisória nº 934/2020, que solicitava a flexibilização do cumprimento do calendário escolar. O Ministério da Educação (MEC) homologou essa medida com o parecer nº 5/2020, autorizando que as atividades não presenciais pudessem ser computadas para o cumprimento da carga horária mínima anual em razão da pandemia e da consequente suspensão das aulas presenciais (Brasil, 2020 apud Costa & Conceição, 2021, P. 03).

Acessibilidade ao local e materiais utilizados pelo professor

As aulas de Educação Física eram realizadas num campo de futebol que se encontrava ao lado da unidade escolar e por vezes as aulas de Educação Física aconteciam também na sala de aula. Para se deslocarem até o campo de futebol era necessário passar por uma rampa, porém, inicialmente a mesma não possuía corrimão para o apoio e segurança dos alunos. Gaia relatou que: “... depois que eu e minha irmã caímos foi que construíram o *paredame*, mas antes a diretora ficava preocupada e ela era tão engraçada que ela falava... ela falava gritando... ela falava *moleque*, aí os moleques saíam correndo de perto dela (risos)”.

Em relação aos materiais utilizados nas aulas de Educação Física, Gaia afirmou: “(...) era bola, era aqueles pinos (cones) que usa na rua... aí ele (professor), usava uma escadinha (escada de agilidade) que ele levava pra sala de aula, aí ele falava *fazem isso, fazem aquilo*.” Em relação às atividades de Educação Física, Gaia relatou que: “... só fazia as atividades com bola, pois dava pra... pra participar porque podia mexer os braços”.

Por fim, a estudante explicita que foi aprovada ao 5º ano, porém a mesma ainda não aprendeu a ler.

4. Conclusão

A pesquisa de caráter qualitativo nos traz uma gama de recortes que possibilita pensar por diferentes perspectivas uma mesma situação e, esta investigação, a partir de um relato de uma estudante com deficiência, moradora da Ilha do Combu, nos fornece uma quantidade rica de informações que nos faz pensar sobre as possibilidades através de uma reflexão acerca da educação inclusiva e seus entraves para sua efetividade.

Assim sendo, a pesquisa mostra a realidade de uma ribeirinha que mesmo tendo a proximidade com o urbano, traz peculiaridades que dificultam a vida escolar, principalmente em relação ao deslocamento e a acessibilidade. Isso reforça a ideia da necessidade de políticas públicas concretas que possibilitem a inclusão dessas pessoas de fato, investimentos concretos e permanentes que possibilitem a construção de uma nova realidade, superando a realidade atual.

Neste sentido, verificou-se os enormes desafios enfrentados pela comunidade escolar pertencentes a ilha do Combu, especialmente em relação aos estudantes com deficiência moradores da mesma, devido à acessibilidade limitada desde o embarque e desembarque dos barcos na escola a falta de adaptação nos espaços utilizados e estratégias para as aulas de Educação Física. Observou-se também a necessidade de formação específica e/ou continuada para professores além de um melhor aporte pedagógico para os mesmos, essas observações foram compreendidas através dos relatos de Gaia.

Assim sendo, percebe-se que apesar de haver propostas apresentadas em leis, resolução e outros, que visem a inclusão de pessoas com deficiência, a mesma não ocorre em sua plenitude como prevista em leis, evidenciando assim a desigualdade e injustiça social aos grupos historicamente desfavorecidos como os ribeirinhos.

Referências

- Alonso, E. M., de Carvalho, C. L., de Araújo, P. F., & Salerno, M. B. (2020). Inclusão na educação física escolar na concepção dos escolares com deficiência visual. *Conexões*, 18, e020008-e020008.
- Alves, M. L. T., & Van Munster, M. D. A. Educação Física e Inclusão de Estudantes com Deficiências no Brasil Contrapontos Entre Legislação e Produção Científica.
- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. *Brasil.(2014a). Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.*
- Behar, P. A. (2020). Artigo: O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância.
- Belém. Anuário Estatístico do Município de Belém (2020). <http://anuario.belem.pa.gov.br/>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.
- Brasil, I. B. G. E. (2010). Censo demográfico, 2010. *Aglomerados subnormais. Informações territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Rio de Janeiro.*
- Costa, W. C. P., & Conceição, W. L. da. (2021). Educação física escolar e educação de jovens e adultos: desafios da docência no ensino remoto emergencial. *Caderno De Educação Física E Esporte*, 19(3), 1–6. <https://doi.org/10.36453/cefe.2021.n3.27629>
- de Abreu, W. F., Oliveira, D. B., & dos Santos Silva, É. (Eds.). (2013). *Educação ribeirinha: saberes, vivências e formação no campo*. Universidade Federal do Pará, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância e Filosofia.
- de Souza Minayo, C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: _____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.
- de Souza, M. L. A. (2020). (In) visíveis? crianças quilombolas e a necropolítica da infância no Brasil. *Zero-a-Seis*, 22(Especial), 1281-1304.
- dos Santos Luciano, G. J. (2013). Educação indígena no país e o direito de cidadania plena. *Retratos da Escola*, 7(13), 345-357.
- dos Santos, F. F., de Souza Matos, M. A., & dos Santos, J. O. L. (2020). Fatores potencializadores e/ou dificultadores do processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. *Educação (UFSM)*, 45, 105-1.
- Fernandes, A. P. C. dos Santos. Santos, A. C. de Sousa dos. Unidade pedagógica na ilha do Combu: o diálogo entre Educação Especial e Educação do Campo. (*Belo Horizonte, online*) [online]. 2021, Ano 6, número especial: *Educação Especial Escolar*, ISSN 2526-1126. <http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2021/03/UNIDADE-PEGAGOGICA-NA-ILHA-DO-COMBU.pdf>
- Ferreira, A. M. Sangalli, A. As diretrizes da Educação Especial e Inclusiva nas escolas ribeirinhas. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 08, Vol. 07, pp. 53-70. Agosto de 2020. ISSN: 2448-0959.
- Ferreira, J. A. O., & Carneiro, R. U. C. (2020). O aluno com altas habilidades/superdotação em escola ribeirinha na Amazônia. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 247-269.
- Greguol, M., Malagodi, B. M., & Carraro, A. (2018). Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares1. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24, 33-44.
- Lei, N. (2015). 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, 7.
- Mantoan, M. T. E. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Moderna: São Paulo – SP, 2003.

Merfeld, E., Ben-Avi, L., Kennon, M., & Cervený, K. L. (2017). Potential mechanisms of Zika-linked microcephaly. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Developmental Biology*, 6(4), e273.

Neves, O. L. (2015). Atendimento educacional especializado no ensino regular de uma escola pública municipal de Serra do Ramalho-BA: uma proposta de educação inclusiva.

Santa Brígida, A. L. B., & de Moraes Ramos, E. (2020). Banheiros do rio Negro e a escola ribeirinha: as aulas de educação física no contexto da hinterlândia amazônica. *Revista Teias*, 21(61), 201-217.

Santos, J. D. (2014). Populações Ribeirinhas e Educação do Campo: Análise das Diretrizes Educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012.

Silva, C. D. O. (2004). *Metodologia e organização do projeto de pesquisa; guia prático*. CEFET.